

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

Sandro de Souza Dias¹

 <http://lattes.cnpq.br/9724564841748416>

 <https://orcid.org/0009-0005-2714-6741>

Cesar Mauricio de Abreu Mello²

 <http://lattes.cnpq.br/2079368341132335>

 <https://orcid.org/0000-0003-3086-2624>


Edson Marcos Leal Soares Ramos³

 <http://lattes.cnpq.br/8324947891255931>

 <https://orcid.org/0000-0001-5425-8531>

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte⁴

 <http://lattes.cnpq.br/4935304081624007>

 <https://orcid.org/0009-0004-4904-0182>

Adriene da Silva Cursino⁵

 <http://lattes.cnpq.br/6859657374629858>

 <https://orcid.org/0009-0007-0152-2838>

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a percepção de risco dos policiais militares atuantes no município de Portel, localizado na região do ocidental do arquipélago do Marajó, estado do Pará, considerando os fatores estruturais, sociais e institucionais que influenciam sua exposição a situações de perigo e vulnerabilidade. A pesquisa justifica-se pela relevância da segurança pública como dever do Estado e direito fundamental previsto na Constituição Federal cuja efetividade é limitada por desigualdades regionais e pela fragilidade das políticas de proteção aos agentes públicos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório, com abordagem quali-quantitativa e viés de pesquisa-ação, utilizando questionários estruturados via Google Forms aplicado a 109 policiais militares. Foram analisados dados primários, referentes à percepção de risco e saúde ocupacional, e secundários, provenientes de registros oficiais de ocorrências criminais. Os resultados demonstram que a maioria dos policiais percebe o ambiente operacional como altamente perigoso, com destaque para o isolamento geográfico, a presença de facções armadas e o déficit de efetivo. Observou-se ainda que o risco de vitimização e de responsabilização jurídica predomina entre os temores, somado à ausência de apoio psicológico institucional. Conclui-se que o contexto amazônico intensifica os riscos físicos e emocionais, exigindo políticas de gestão e cuidado

¹ Mestrando em Segurança Pública (PPGSP/UFGA). E-mail: majorsandrodias@gmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFGA) e Professor Convidado da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: mello.cesar@gmail.com

³ Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC). E-mail: ramosedson@gmail.com

⁴ Mestre em Segurança Pública (PPGSP-UFGA). E-mail: erikanatalie@hotmail.com

⁵ Discente em Direito (Faculdade Santa Teresa-AM). E-mail: adrienecursino@icloud.com

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

psicossocial específicas.

Palavras-chave: Percepção de Risco; Polícia Militar; Amazônia; Marajó; Portel.

Abstract

The article aims to analyze the risk perception of military police officers operating in the municipality of Portel, located in the Western Marajó region of Pará, considering the structural, social, and institutional factors that influence their exposure to danger and vulnerability. The research is justified by the relevance of public security as a duty of the State and a fundamental right established by the Federal Constitution, whose effectiveness is limited by regional inequalities and the fragility of policies aimed at protecting public agents. It is an applied and exploratory study with a qualitative and quantitative approach and an action-research orientation, employing a structured questionnaire via Google Forms administered to 109 military police officers. Primary data related to risk perception and occupational health, as well as secondary data obtained from official criminal records, were analyzed. The results show that most officers perceive their operational environment as highly dangerous, highlighting geographic isolation, the presence of armed criminal groups, and the shortage of personnel as key aggravating factors. It was also observed that the risk of victimization and legal accountability predominates among their concerns, compounded by the lack of institutional psychological support. The study concludes that the Amazonian context intensifies both physical and emotional risks, demanding specific management and psychosocial care policies.

Keywords: Risk Perception; Military Police; Amazon; Marajó; Portel

Introdução

A Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, dispõe em seu artigo 144 que a segurança pública é dever do Estado e direito de todos. O dispositivo atribui às instituições policiais a função de proteger a integridade física da população e assegurar a preservação da ordem social (Brasil, 1988). Esse ordenamento estabelece o fundamento jurídico para o uso legítimo da força e orienta a formulação de políticas voltadas à prevenção e ao controle da violência.

Apesar da consistência normativa do sistema jurídico brasileiro, a execução das políticas públicas de segurança enfrenta limitações estruturais que comprometem sua eficácia. A desarticulação entre os níveis de governo, a fragilidade dos mecanismos de controle social e a escassez de recursos destinados às forças policiais contribuem para a manutenção de elevados índices de criminalidade. As desigualdades regionais de infraestrutura e de capacidade institucional acentuam esse quadro, ampliando a distância entre o preceito legal e sua aplicação prática, especialmente na região amazônica. Essas limitações estruturais evidenciam a distância entre o ordenamento jurídico e sua efetiva operacionalização, quadro que se reflete nos indicadores nacionais de criminalidade.

Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, a taxa de homicídios registrada no Brasil em 2024 foi de 20,8 por 100 mil habitantes, correspondendo a uma redução de 5,4% em relação ao ano anterior, embora ainda superior à média mundial (FBSP, 2025), o que segundo o relatório

das Organizações das Nações Unidas de 2021, impõe ao Brasil a terceira maior taxa de homicídios entre os países do G20. Esses indicadores evidenciam deficiências persistentes nos sistemas de investigação e na cooperação interinstitucional, apontando para a necessidade de aprimoramento das estratégias de inteligência e das ações preventivas.

Estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento indicam que a América Latina e o Caribe constituem a região mais violenta do mundo, onde a desigualdade fomenta a violência criminal, política e social. As estatísticas analisadas pelos pesquisadores apontam que a violência agrava a desigualdade ao afetar desproporcionalmente os mais vulneráveis em aspectos como direitos, renda, saúde, educação e representação política, impactando negativamente o crescimento econômico, contribuindo para a armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento. (PNUD, 2023)

Pesquisas de Adorno (2022) apontam que a violência é um traço marcante da sociedade brasileira, experimentando um enraizamento no contexto social. Para o autor as conquistas sociais provenientes da evolução democrática do Estado brasileiro imerso nas conquistas consagradas pela Constituição Cidadã, não tiveram o condão de afastar a violência intrínseca ao tecido social, daí a necessidade de problematizar a violência posto que é um fenômeno que divide o corpo social em grupos de forma segregacionista. Nesse contexto, conclui que a violência no Brasil constitui um problema complexo e persistente, enraizado em fatores sociais, culturais e políticos, impedindo a consolidação de uma verdadeira democracia no país.

Em outro compasso Couto (2019) revela que a criminalidade no Brasil é um problema social complexo, moldado por uma variedade de fatores interligados, incluindo a urbanização, as desigualdades sociais, o tráfico de drogas, a dinâmica das organizações criminosas e a insuficiência do Estado em lidar com essas questões. A ineficiência do Estado em garantir segurança pública de qualidade proporciona um ambiente propício para a expansão da criminalidade.

É fato que nas regiões menos providas de desenvolvimento do território brasileiro, fatores como a desigualdade socioeconômica tem influenciado na incidência dos principais determinantes da criminalidade violenta. Municípios onde, estrategicamente, o Poder Público ausentou-se de questões sensíveis ao tecido social, deixando parte da população à própria sorte, gerando cada vez mais desigualdade revelada por índices de desenvolvimento humano sofríveis e precárias condições de vida. (Reis; Beato, 2020).

A fronteira interna amazônica e a territorialidade da segurança pública

A Amazônia, conforme a formulação clássica de Becker (2004), configura-se como uma fronteira interna de ocupação, em que o Estado nacional projeta estratégias de integração territorial em meio a profundas desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, o Marajó Ocidental representa um recorte espacial que evidencia a tensão entre a presença estatal e a permanência de vazios institucionais. A atuação policial nesse território assume dimensão geopolítica, pois os agentes de segurança pública operam em uma zona de transição entre o Estado formal e as áreas de controle precário, nas quais a soberania se concretiza pela presença física do policial e pelo exercício da

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

autoridade estatal. Tal dinâmica expressa a materialidade da ação do Estado em regiões que, embora pertencentes juridicamente ao território nacional, permanecem parcialmente integradas ao espaço político e econômico do país (Becker, 2005).

A concepção de fronteira interna, segundo Becker (1990, 2005), ultrapassa a ideia de limite geográfico e passa a representar um território em constante construção política e simbólica, marcado pela sobreposição de múltiplos agentes - estatais, comunitários e econômicos - em disputa pelo controle dos recursos e da ordem. Essa interpretação dialoga com a noção de territorialidades superpostas desenvolvida por Haesbaert (2014), segundo a qual as fronteiras amazônicas são zonas de fricção, nas quais o poder do Estado é instável e intermitente. Nesse contexto, o trabalho policial é atravessado por lógicas territoriais distintas e conflitantes, nas quais o controle da violência e a manutenção da ordem social tornam-se expressões da própria afirmação da soberania nacional.

Sob essa ótica, o exercício da segurança pública na região do Arquipélago do Marajó insere-se na lógica das fronteiras interiores do Estado brasileiro, conceito aprofundado por Oliveira (2016) e Lima (2024), que ressaltam o caráter desigual da presença estatal nos espaços periféricos. A fragilidade das políticas públicas, a carência de infraestrutura e as desigualdades históricas consolidam territórios de vulnerabilidade social e institucional, onde o risco é elemento estrutural da vida cotidiana. Assim, compreender a percepção de risco dos policiais militares nessa região significa também compreender as condições geopolíticas da soberania nacional na Amazônia, uma vez que a defesa da ordem pública se articula à afirmação do Estado sobre seus próprios limites internos. A fronteira interna amazônica, portanto, é simultaneamente um espaço de risco, resistência e consolidação territorial (Becker, 2004; Haesbaert, 2014; Oliveira, 2016).

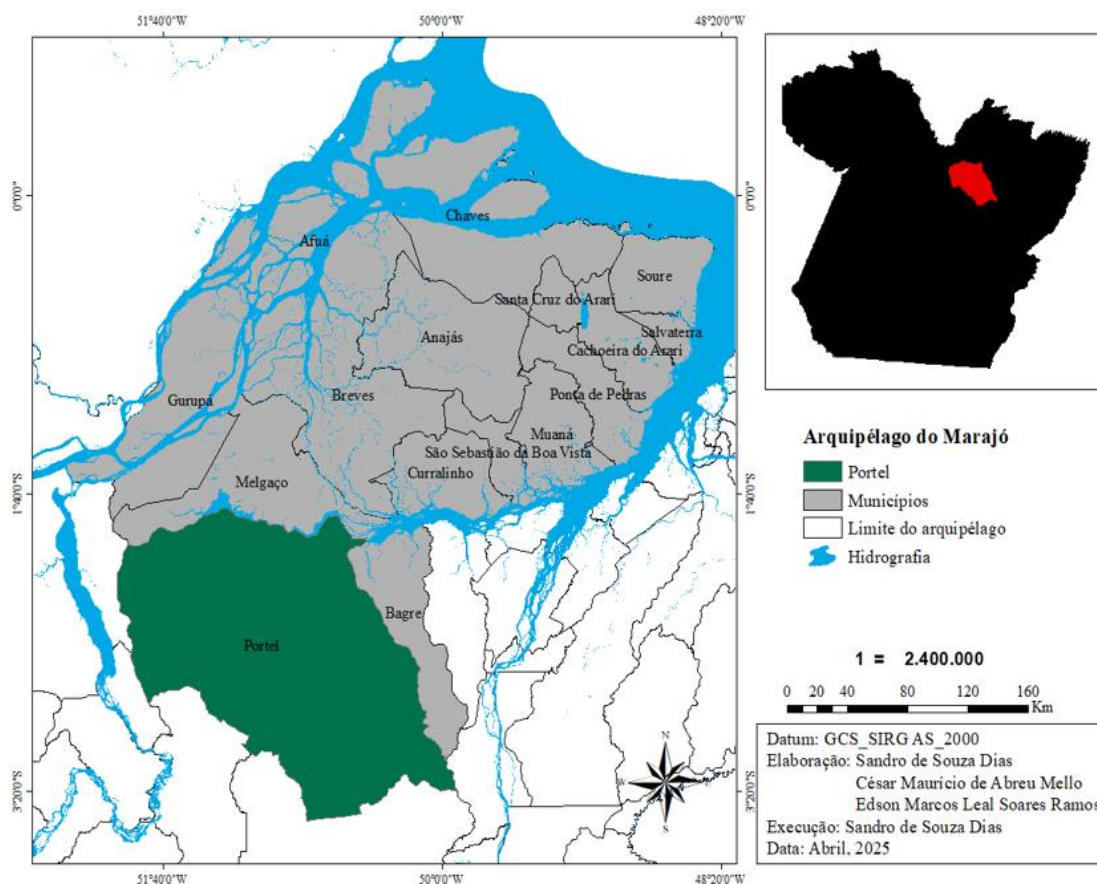
O epicentro do presente estudo é o município paraense de Portel, fundado no ano de 1758, compreendendo mais de 27 mil km², com uma população de 62.503 habitantes, segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos quais 23.280 habitantes residem na zona rural de Portel. A distância entre Portel e a capital paraense por meio fluvial é percorrida em cerca de dezesseis horas de viagem, fato que contribui com os elevados custos de transporte de produtos oriundos dos grandes centros urbanos. No que tange às ações de segurança pública esse fator constitui um obstáculo a ser vencido pelos agentes quando do deslocamento para local de atuação, considerando as limitações de transporte e comunicação comuns nas regiões onde o modal fluvial é a única opção de deslocamento.

O município de Portel possui uma biodiversidade exuberante, sendo banhado pelos rios Pacajá, Anapú, Camarapi e Acuti-Pereira. Essa região abrange uma dimensão territorial de 106.661 km², composto por um conjunto de ilhas ricas em recursos hídricos e biológicos, localizado inteiramente no estado do Pará. A população estimada é de 591.064 habitantes, com 43% residindo em áreas urbanas e 57% em áreas rurais. Do total de habitantes, 48,4% são mulheres e 51,6% são homens. Em relação à identidade étnico-racial, 0,81% da população é de origem amarela, 0,03% indígena, 16,28% branca e 82,89% negra. (IBGE, 2022)

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

O Arquipélago do Marajó é uma região que frequentemente ganha notoriedade nacional devido aos desafios sociais e econômicos enfrentados por seus municípios. Essas localidades estão entre aquelas com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com destaque para os municípios de Portel, Melgaço, Chaves e Bagre. No estado do Pará, oito municípios possuem um IDH muito baixo, sendo seis deles localizados na região do Marajó. (Pará, 2023). A Figura 1 mostra a posição geográfica do conjunto de municípios que integram a mesorregião do Arquipélago do Marajó, no estado Pará, com destaque para o município de Portel/PA.

Figura 1 – Mapa da Localização do Município de Portel/PA, Região do Arquipélago do Marajó, 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE, 2025.

Destaca-se que o Arquipélago do Marajó compreende cerca de 7% da população do estado do Pará, porém apresenta apenas 2,5% do total de empregos formais, apresenta uma taxa de 20,5% do abandono do ensino médio no estado. É a região paraense com a maior taxa de pobreza, alcançando 73,1%, a 5ª maior taxa de mortalidade infantil com 15,5 por mil nascidos vivos, sendo também o pior PIB per capita das regiões do estado do Pará (IBGE, 2022).

A respeito da diversidade ambiental e dos paradigmas socioambientais que caracterizam a região marajoara, Guimarães (2021) assevera que os municípios do Arquipélago do Marajó enfrentam um conjunto de desafios complexos decorrentes da vastidão territorial e da deficiência histórica de

políticas públicas estruturantes. Essa realidade expressa uma contradição marcante: a coexistência entre um ambiente naturalmente rico em recursos hídricos e biológicos e uma população que vive, em grande parte, em condições de extrema pobreza. Tal disparidade evidencia a fragilidade do modelo de desenvolvimento regional, que não tem sido capaz de converter a riqueza natural em melhoria das condições sociais e econômicas locais. A análise de Guimarães reforça, assim, que o Marajó constitui um território de contrastes, no qual a abundância ambiental convive com a escassez de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades, configurando um espaço de vulnerabilidade socioambiental e de desigualdades persistentes.

O arquipélago marajoara, detentor de rica diversidade sociocultural, abriga comunidades quilombolas, reservas extrativistas, sítios arqueológicos e áreas de preservação ambiental. Sua relevância econômica remonta ao século XVII, quando se consolidou como importante fornecedor de alimentos. Reconhecido como o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, com cerca de 3 mil ilhas, o Marajó se destaca no cenário ecológico brasileiro, tornando-se referência em turismo ecológico nos últimos anos. (De Souza, 2014)

Apesar de toda essa rica diversidade socioambiental, acrescentam Carmo *et al* (2023) que historicamente as cidades da região carecem de serviços básicos como saneamento, tratamento de esgoto, coleta e tratamento de lixo, acesso à água tratada e drenagem adequada. Isso resulta em alta vulnerabilidade ambiental e problemas de saúde para a população. A localização das cidades em áreas de inundação, como a várzea, e a falta de infraestrutura as tornam altamente vulneráveis a eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e elevação do nível do mar.

A região também sofre com a pobreza e a marginalização de parte da população, o que dificulta a adaptação às mudanças ambientais e agrava a vulnerabilidade socioambiental. Outro problema é que na região marajoara as políticas públicas e os serviços existentes não são adequados à realidade local, desconsiderando as particularidades e necessidades da região, o que impede o desenvolvimento de soluções eficazes para os problemas apresentados.

Na região ocidental do Arquipélago, merece nota os municípios de Breves e Portel, que segundo o Censo do IBGE/2022 apresentam os maiores índices populacionais da região, quais sejam, em Breves 106.968 habitantes, com uma densidade demográfica de 11,18 hab/km² e Portel com população de 62.503 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 2,46 hab/km². A questão da criminalidade violenta nesses municípios eleva os índices do Arquipélago do Marajó, considerando todos os fatores socioeconômicos já mencionados. A Figura 2 mostra o gráfico comparativo da taxa de homicídios nas cidades de Breves e Portel, no período compreendido entre os anos de 2015 a 2024.

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

Figura 2 – Gráfico das taxas de homicídios ocorridos em Breves e Portel (2015-2024).



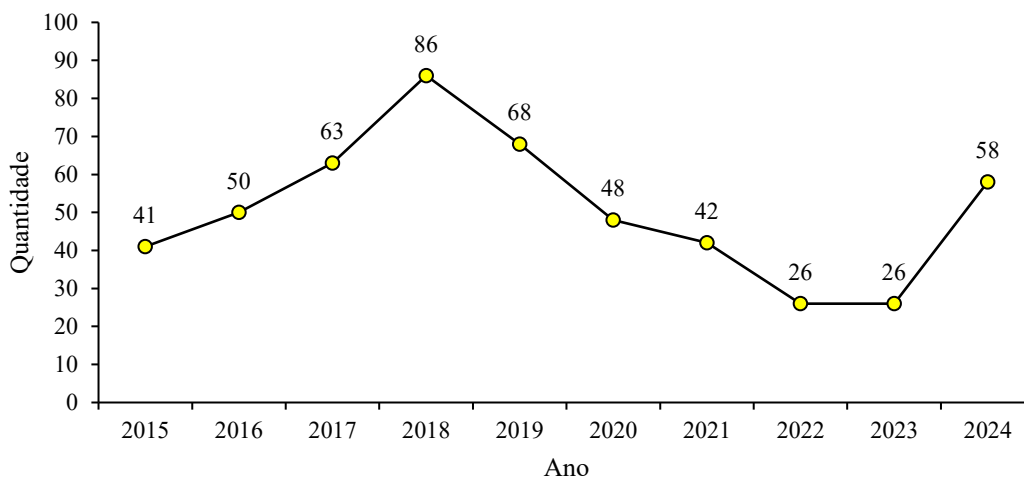
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Secretaria de Inteligência e Análises Criminais/SEGUP/PA, 2025.

No contexto nacional da segurança pública, os agentes das forças policiais permanecem expostos a múltiplas situações de risco que se manifestam em confrontos armados, emboscadas e longas jornadas de trabalho sob intensa pressão psicológica. Esse cenário reflete não apenas a periculosidade inerente à profissão, mas também a insuficiência de políticas institucionais voltadas à proteção integral do trabalhador policial. Em 2024, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) registrou número de suicídios superior ao de mortes em serviço, repetindo a tendência observada em 2023, fato que evidencia a influência de fatores psicossociais e organizacionais na vulnerabilidade desses profissionais.

Inserido nesse contexto mais amplo, o cotidiano dos policiais que atuam na região do Marajó Ocidental, especialmente em Portel, ilustra de forma concreta a sobreposição entre risco ocupacional e fragilidade territorial. Entre as mazelas enfrentadas por esses profissionais destaca-se o enfrentamento contínuo ao tráfico de drogas, que utiliza a região como rota estratégica de grupos criminosos nacionais e transnacionais, conforme mostrado na Figura 3. Esse quadro reforça a complexidade da atuação policial em territórios amazônicos isolados, onde as limitações logísticas e institucionais ampliam a exposição ao perigo e intensificam os desafios de segurança pública.

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

Figura 3 – Ocorrências de tráfico de drogas no município de Portel/PA (2015-2024).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Secretaria de Inteligência e Análises Criminais/SEGUP/PA, 2025.

No que se refere à atuação dos agentes de segurança pública no Arquipélago do Marajó, a Polícia Militar do Pará, por razões estratégicas e operacionais, instituiu em 2016 a divisão da região em dois setores: Marajó Oriental e Marajó Ocidental. O presente estudo concentra-se nesta última, onde atuam 242 policiais militares responsáveis pelas ações de Segurança Pública e Defesa Social nos municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista, que compõem a porção ocidental do arquipélago. No município de Portel, sede de uma das unidades operacionais da corporação, 44 policiais militares desempenham funções de policiamento ostensivo, o que corresponde a uma proporção aproximada de um policial para cada 1.477 habitantes, evidenciando a limitação do efetivo diante da extensão territorial e das demandas locais de segurança.

Estudar os riscos inerentes aos cenários enfrentados pelos agentes de Segurança Pública é essencial para o desempenho da atividade policial, pois permite identificar, avaliar e mitigar perigos, protegendo tanto os policiais, por meio de treinamento, equipamentos e protocolos seguros para reduzir ferimentos e fatalidades, quanto o público, ao priorizar a segurança da comunidade nas intervenções. No entendimento de Carvalho, Datas e Hernandez (2023) essa abordagem não só otimiza o planejamento e a execução de operações, tornando-as mais eficientes e eficazes, como também diminui a ocorrência de incidentes que resultem em ações judiciais e custos financeiros para os cofres públicos, fortalecendo a defesa da organização em casos de incidentes.

Conhecer os riscos e o nível de percepção por parte dos policiais envolvidos na atividade operacional, proporciona aos comandantes informações e análises que podem auxiliar na tomada de decisões em situações complexas e de alta pressão. Ao considerar os riscos envolvidos em diferentes ecossistemas, os gestores podem fazer escolhas mais informadas e seguras.

Abordagem Teórica sobre Perigo, Risco e Percepção de Risco na Segurança Pública

A compreensão dos conceitos de perigo, risco e percepção de risco constitui base essencial para o estudo da atividade policial. O termo *perigo* refere-se a situações que representam ameaça à integridade física ou psicológica do indivíduo, independentemente de sua decisão ou escolha. Trata-se de uma exposição a eventos potencialmente danosos, externos à vontade do sujeito, que decorrem de forças naturais ou sociais. Em contrapartida, o *risco* pressupõe a existência de um elemento decisório, no qual o agente, ao avaliar determinada situação, reconhece a possibilidade de perda ou dano e, ainda assim, opta por agir. A literatura distingue essas categorias ao apontar que o perigo implica mera exposição, enquanto o risco envolve escolha e cálculo sob condições de incerteza (Minayo; Souza, 2007; Silva, 2022).

O conceito de *risco* passou a ocupar lugar central nas ciências sociais e na segurança pública, especialmente por envolver o juízo de decisão frente à incerteza. Minayo (2013) destaca que o risco, no contexto policial, é componente estrutural da missão, pois cada intervenção envolve a possibilidade de dano físico, moral ou psicológico. Assim, o risco não se limita a uma variável probabilística, mas também expressa uma construção social e institucional que define o que é considerado aceitável ou tolerável na execução das funções policiais (Constantino, 2013). Essa compreensão permite analisar o modo como as organizações e os próprios agentes administram a exposição cotidiana à violência.

A *percepção de risco*, por sua vez, refere-se ao modo como indivíduos e grupos sociais avaliam cognitivamente e simbolicamente as ameaças, a probabilidade de ocorrência e a gravidade dos danos. Tal percepção é influenciada por fatores como experiência profissional, treinamento, confiança nas instituições, acesso à informação e características culturais. Estudos realizados com policiais civis e militares no Brasil evidenciam que a percepção de risco varia conforme o contexto de atuação e os recursos institucionais disponíveis, afetando diretamente o comportamento e as estratégias de autoproteção adotadas pelos agentes (Minayo; Souza, 2007; Constantino, 2013; Mello, 2022).

Os *riscos da atividade policial* abrangem dimensões físicas, psicológicas e sociais. No Brasil, pesquisas indicam índices elevados de vitimização letal e não letal entre policiais, além de altos níveis de estresse, ansiedade e depressão associados à exposição contínua a situações de violência (Mello, 2022; Cadidé, 2022). A ausência de infraestrutura adequada, o déficit de efetivo, a sobrecarga de trabalho e a insuficiência de equipamentos de proteção ampliam a vulnerabilidade dos profissionais da segurança pública. Esses fatores, combinados, produzem um cenário de risco ocupacional permanente, que se manifesta tanto no serviço quanto na vida pessoal dos policiais.

Dessa forma, as categorias *perigo*, *risco* e *percepção de risco* articulam-se no cotidiano da segurança pública, especialmente na atuação dos policiais militares. A atividade policial, ao mesmo tempo em que busca controlar situações de perigo, também se constitui como prática produtora e gestora de riscos. A forma como os agentes percebem e interpretam tais riscos influencia diretamente suas condutas, o uso da força, a tomada de decisão e a preservação

da própria vida. Assim, compreender essas categorias é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à proteção integral do policial e à melhoria das condições de trabalho nas corporações (Minayo, 2013; Constantino, 2013; Mello, 2022).

Metodologia

O presente trabalho quanto à natureza assume o caráter de pesquisa aplicada, cujo principal objetivo é a geração de conhecimento para aplicação prática e imediata, dirigidos à solução de problemas específicos envolvendo os interesses locais, territoriais e regionais. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, buscando maior familiaridade com o problema de pesquisa e investigando o comportamento humano que se considerem cruciais aos profissionais da área da Segurança Pública. Quanto a abordagem é uma combinação das abordagens qualitativa e quantitativa, com viés de pesquisa-ação (Gil, 2023).

O universo desta investigação foi constituído dos policiais militares atuantes nos municípios do Marajó Ocidental no mês de janeiro de 2025. A seleção dos participantes foi realizada por meio de uma amostragem probabilística aleatória simples, garantindo que todos os policiais pertencentes ao universo tenham a mesma probabilidade de serem escolhidos. Como critério de inclusão, foram considerados todos os policiais militares que atuam na região, residentes ou não no território lócus da pesquisa. Como critério de exclusão, foram excluídos os policiais militares que estão à disposição da junta médica e aqueles que estão afastados da atividade em processo de reserva/reforma, que constitui a aposentadoria do militar.

Para a obtenção do cálculo da amostra no presente trabalho, foi definido o valor do erro amostral máximo tolerável (E) de 7%, oportunizando um grau de confiabilidade do resultado da pesquisa de 93% para a ferramenta aplicada na coleta dos dados.

Para obtenção do tamanho amostral (n) utilizou-se a fórmula $n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$, onde N é o tamanho da população e n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra obtido pela fórmula $n_0 = \frac{1}{E^2}$, obteve-se com resultado da aplicação das fórmulas para o tamanho da população de 242 policiais militares que é o efetivo total de policiais distribuídos nos municípios do Marajó Ocidental, o que levou à necessidade de aplicação de 109 questionários para atender ao tamanho amostral desta pesquisa (Bussab; Morettin, 2024).

Inicialmente, em busca da obtenção dos dados provenientes dos Boletins de Ocorrência Policial, definiram-se duas tipologias criminais para o estudo: (i) homicídio; e (ii) tráfico de drogas, no período de 2015 a 2024. Nesse sentido, os dados são secundários, uma vez que se extraiu as informações dos Boletins de Ocorrência Policial (BOP), da Polícia Civil do Pará (PCPA), por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Pará, com o escopo de entender, analisar e interpretar a dinâmica da criminalidade no local de estudo.

Para abordagem aos sujeitos da pesquisa, optou-se pela utilização de entrevista estruturada por meio de um questionário eletrônico desenvolvido na

plataforma *Google Forms* pertencente à *Google LLC* como ferramenta para a obtenção de dados a respeito da percepção de riscos dos policiais militares na região lócus da presente investigação. Essa escolha foi motivada pela sua acessibilidade, gratuidade, interface intuitiva e recursos que otimizam o processo de coleta e organização dos dados, fatores essenciais para a metodologia adotada. O questionário foi composto de 31 perguntas, divididas em 4 seções, quais sejam, (i) Perfil do participante; (ii) Condições operacionais; (iii) Percepção de risco; e (iv) Impactos psicológicos e institucionais.

A pesquisa foi conduzida com integridade científica e imparcialidade, garantindo que a interpretação dos dados de forma justa e transparente. Foram adotados cuidados para que a coleta e as análises fossem feitas com o máximo rigor metodológico, o que permitiu uma reflexão crítica e aprofundada sobre o tema

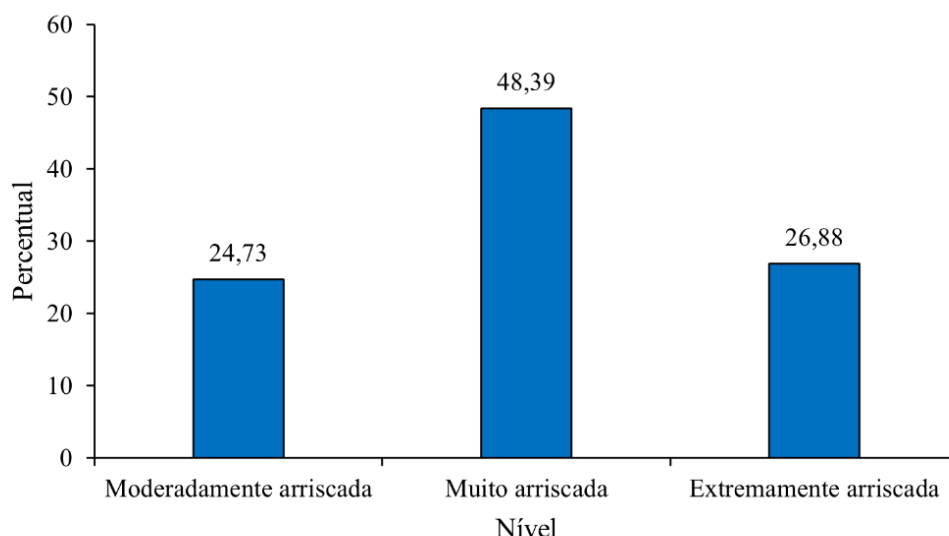
Resultados e discussões:

A pesquisa aplicada junto aos policiais militares dos municípios do Marajó Ocidental, evidenciou que Portel, Afuá e Breves concentram a maior parte do efetivo respondente, refletindo o papel estratégico desses municípios na dinâmica de segurança pública regional. A maioria dos participantes é do sexo masculino, com idade entre 35 e 44 anos, e possui nível superior de escolaridade. Esse perfil demográfico indica um corpo policial com significativa experiência operacional e inserção territorial estável, uma vez que grande parte afirmou possuir residência fixa na região.

Sob a ótica do conceito de *perigo*, as respostas revelam que os policiais percebem sua atuação em um ambiente marcado por ameaças constantes, oriundas de fatores estruturais e territoriais, conforme Figura 4. A presença de facções armadas, o isolamento geográfico e a insuficiência de efetivo foram citados como principais elementos que elevam o risco nas operações. Essa percepção traduz a exposição cotidiana a perigos externos e imprevisíveis, não necessariamente decorrentes de decisões individuais, mas de condições contextuais e ambientais, o que está em consonância com a distinção proposta por Minayo e Souza (2007) entre perigo como contingência externa e o risco como elemento associado à decisão e à escolha do agente.

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

Figura 4 – Percepção de riscos dos policiais em relação à atividade que desempenham.



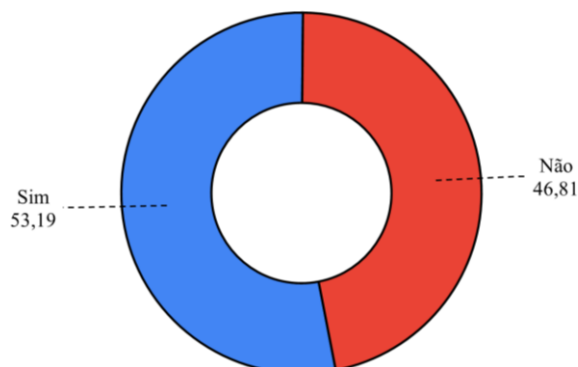
Fonte: Questionários aplicados aos policiais militares do Marajó Ocidental, 2025.

No campo do *risco*, os dados indicam que risco de morte ou lesão em serviço e risco de responsabilização administrativa ou judicial são os fatores mais temidos pelos policiais de Portel e região. Essa constatação reforça o entendimento de Silva (2022), segundo o qual a atividade policial envolve uma aceitação institucionalizada do risco como parte constitutiva da função pública. As respostas também expressam a consciência de que a atuação policial é permeada por dilemas éticos e jurídicos, nos quais o agente precisa decidir sob incerteza, muitas vezes entre preservar a própria vida ou evitar excessos no uso da força. Esse quadro demonstra que o risco, além de físico, é também simbólico e normativo, abrangendo a possibilidade de punições e estigmatizações sociais.

Quanto à *percepção de risco*, observou-se que os participantes identificam múltiplas dimensões do perigo, mas nem sempre dispõem de apoio institucional adequado para lidar com elas. Um número expressivo relatou já ter sido vítima de agressão física ou atentado, conforme Figura 4, ao passo que quase todos conhecem colegas afastados por motivos psicológicos. Entretanto, a maioria afirmou que não há apoio psicológico institucional regular e que o diálogo sobre medo, cansaço ou sofrimento emocional com superiores ocorre apenas de forma parcial. Esses achados corroboram o argumento de Constantino (2013) e Minayo (2013) de que a percepção de risco é socialmente construída e mediada por fatores organizacionais.

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

Figura 4 – Policiais militares vítimas de agressão física ou atentado durante o serviço.



Fonte: Questionários aplicados aos policiais militares do Marajó Ocidental, 2025.

Os resultados também evidenciam a complexidade dos *riscos da atividade policial*, que abrangem tanto as ameaças externas quanto os impactos internos sobre a saúde mental e física dos agentes. A maioria dos respondentes declarou ter apresentado sintomas de estresse ou esgotamento relacionados ao serviço. Essa realidade confirma os achados de Mello (2022) e Cadidé (2022), que destacam o adoecimento psíquico e o desgaste emocional como expressões dos riscos ocupacionais da segurança pública.

Por fim, a análise geral das respostas permite afirmar que os policiais militares que atuam na região do Marajó Ocidental convivem simultaneamente com o *perigo* ambiental, o *risco* decisório e a *percepção de risco* socialmente construída, compondo um quadro de exposição permanente. As evidências apontam que a precariedade estrutural e o déficit de suporte institucional intensificam as percepções de ameaça e comprometem o bem-estar psicológico dos profissionais. Assim, em consonância com Minayo (2013), o enfrentamento dos riscos da atividade policial requer ações integradas de gestão, amparo psicossocial e reconhecimento das condições singulares do trabalho policial no contexto amazônico, especialmente em territórios isolados como o Marajó Ocidental.

Referências

ADORNO, Sérgio. **Violência e crime: sob o domínio do medo. Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos.** Tradução. São Paulo: Claro Enigma, 2022. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Adorno_S_3173343_ViolenciaECrime.pdf. Acesso em: 21 outubro de 2025;

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19, 2025. ISSN 1983-7364;

BECKER, B. K. A Amazônia como fronteira de recursos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. K. A geografia política e a redefinição das fronteiras internas e externas na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 7-22, 1990.

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de outubro de 2025;

BUSSAB, Winton de O; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**, 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2024;

CADIDÉ, G. B. Riscos ocupacionais e sua influência na saúde de policiais. **Revista Segurança**, Universidade de Vassouras, v. 3, n. 2, p. 45-57, 2022;

CARMO, Monique Bruna Silva do; MADEIRA, Welbson do Vale; PEREIRA, Heloísa Corrêa; MELO, Paula Regina Humbelino de; PEREIRA, Camila Amaral; AMILIBIA, Juan Carlos; RIBEIRO, Renata Maciel. A diversidade urbana na Amazônia e as agendas globais para a sustentabilidade urbana: propostas e desafios para a Mesorregião Ilha do Marajó - Pará. In: SILVA, José Aldemir Cirilo; LIMA, Marcus Vinicius Castro (org.). **Diálogos Amazônicos: Contribuições para o Debate Sobre Sustentabilidade e Inclusão**. 1. ed. Belém: Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2023. p. 173-199;

CARVALHO, Ronald Gonçalves; DANTAS, Jeanne dos Santos Oliveira Marques; HERNANDEZ, José Augusto Evangelho. Fatores de risco psicossociais no trabalho do policial militar: revisão sistemática. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 16, n. 11, p. 27407–27427, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-159. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2878>. Acesso em: 5 de outubro de 2025;

CONSTANTINO, Patrícia. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes áreas de atuação no Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 645-655, 2013;

COUTO, Aiala Colares. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira. **GeoTextos**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2019. DOI: 10.9771/geo.v15i2.33820. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/33820>. Acesso em: 26 de julho de 2025;

DE SOUZA, Armando Lírio. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. **Terceira margem amazônia**, 1(3-4), p. 39-65, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6835>. Acesso em: 21 de outubro de 2025;

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ª ed. [2ª Reimp.]. Barueri/SP: Atlas, 2023;

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Direitos humanos de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 250–286, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i25.11990. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11990>. Acesso em: 08 de setembro de 2025;

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022: Portel. Rio de Janeiro: IBGE, 2022;

SEGURANÇA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DE RISCO NA FRONTEIRA INTERIOR AMAZÔNICA: A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM PORTEL/PA

LIMA, João Donizete. AS FRONTEIRAS INTERNAS DO BRASIL: THE INTERNAL BORDERS OF BRAZIL. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 25, n. 2, p. 187–209, 2024. DOI: 10.70261/er.v25i2.74700. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74700>. Acesso em: 22 out. 2025.

LOPES, Kelly; WAENY, Maria Fernanda Costa; MACEDO, Cibele Mariano Vaz de. Riscos psicossociais no trabalho de policiais militares que podem levar ao estresse. **Rev. Ibirapuera**, São Paulo, n. 15, p. 51-60, Jan/Jun 2018;

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. Riscos da profissão policial militar: histórias de vida e resiliência. **Revista Psicologia & Sociedade**, São Luís, v. 34, p. 1-12, 2022;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Risco e (in)segurança na missão policial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 1159-1167, 2013;

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na insegurança pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 275-282, 2007;

OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. São Paulo: Editora UNESP, 2016;

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores da Região de Integração Marajó**. 2023. Disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2023/>. Acesso em: 08 setembro de 2025;

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: perfil do município de Portel (PA)**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2023. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/1505809>. Acesso em: 2 junho de 2025;

REIS, Ilka Afonso; BEATO, Cláudio Chaves. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. **Desigualdade e pobreza no Brasil**, 2000. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/qcsubsites/upload/60/DESIGUALDADE%20DESENVOLVIMENTO%20S%C3%83%E2%80%9CCIO%20ECONOMICO%20E%20CRIME.pdf>. Acesso em 26 mar. 2025;

SILVA, C. H. J. O princípio do risco e a atuação policial. **Revista da Escola da Magistratura do Amazonas**, Manaus, v. 4, p. 1-15, 2022;

Recebido em: 10/10/2025

Aprovado em: 28/10/2025

Publicado em: 31/10/2025